

# COOPERATIVAS E REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS: UMA PERSPECTIVA EMPRESARIAL E ASSOCIATIVA<sup>1</sup>

*Inmaculada Buendía Martínez<sup>2</sup>*  
*Maria Luiza Lins e Silva Pires<sup>3</sup>*

## RESUMO

A literatura chama a atenção para o impacto causado pelas cooperativas nos processos de revitalização rural, ressaltando a importância do cooperativismo enquanto instrumento capaz de evitar o “marasmo” econômico e social de áreas rurais, vitimadas especialmente por um ambiente econômico marcado por forte competitividade. As cooperativas agrícolas, nesse contexto, são identificadas enquanto fator de organização econômica e de competitividade do setor agrário e de organização dos produtores sob bases democráticas, contribuindo para o êxito dos projetos de desenvolvimento local. Este trabalho tem como objetivo identificar o potencial das cooperativas em gerar impacto nas comunidades rurais, através da utilização de estruturas participativas (*partnership*) e está estruturado em três partes: a primeira oferece uma reflexão teórica sobre a função das cooperativas nos entornos rurais baseada na sua configuração estrutural particular. A segunda analisa a dinâmica das cooperativas como agentes geradoras de riqueza rural, tendo como base a discussão do conceito “nova geração de cooperativas”. E, finalmente, a terceira parte discute a formação e/ou participação das cooperativas nas estruturas associativas rurais na Europa, Canadá e no Brasil.

**Palavras-chave:** globalização, nova geração de cooperativas, parceria.

## COOPERATIVES AND RURAL REVITALIZATION: A BUSINESS AND ASSOCIATIVE PERSPECTIVE

## ABSTRACT

Literature calls attention to the impact caused by cooperatives in the processes of rural revitalization, emphasizing the importance given to cooperatives as an instrument capable to avoid economic and social stagnation of rural areas, strongly affected by consequences of competition resulting from globalization. In this context, agricultural cooperatives are identified as competitive instrument for agricultural sector that organize the producers on democratic bases, contributing to the success of local development projects. This work has as a main objective to identify the potential of cooperatives in their impact on rural communities through partnerships. This perspective takes relevance at the current moment when the loss of importance of the agrarian activities in the rural areas is discussed. The paper is organized in three parts: the first shows a theoretical reflection on the role of cooperatives

<sup>1</sup> Aceito para publicação em novembro de 2001.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Econômicas Empresariais, Pesquisadora da Escola de Estudos Cooperativos, Universidade Complutense de Madri, Espanha. E-mail: inma.buendia@terra.es

<sup>3</sup> Doutora, Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: mlp@elogica.com.br

in the rural environments based on their structural configuration. The second, analyzes the cooperative dynamics as wealth generating agents, having as model the “new generation cooperatives”. The third part discusses the cooperative formation and/or participation in the rural partnerships in Europe, Canada and Brazil.

**Key words:** globalization, new generation cooperatives, partnership.

## INTRODUÇÃO

A globalização da economia tem contribuído para acelerar o declínio das zonas rurais, geralmente identificadas como mais frágeis e com maior dificuldade para enfrentar os desafios impostos pela nova engrenagem econômica. O resultado tem sido um rápido processo de transformação sócio-demográfica centrado, entre outros fatores, na diminuição das atividades agrícolas tradicionais, no ingresso dos agricultores no circuito produtivo, no êxodo rural e no conseqüente envelhecimento da população.

A adoção de medidas capazes de solucionar esta problemática está relacionada na literatura, a uma forma de desenvolvimento endógeno (Ray, 1999), que identifica o território como agente de transformação (Vázquez Barquero, 1999, p.29-30). Tratado como um novo paradigma, a idéia da territorialidade está centrada na obtenção de bem-estar econômico, social e cultural, com a participação ativa da comunidade local e da mobilização de seus recursos autóctones.

Dessa forma, a reestruturação das economias rurais, baseada na melhoria das oportunidades econômicas, a manutenção do bem-estar da população e a proteção das tradições sócio-culturais das regiões rurais têm se convertido em objetivos prioritários para o desenvolvimento rural, na maioria dos países desenvolvidos. Contemplam-se, dentro dessas propostas de desenvolvimento, as novas formas de organização do espaço, da produção e da ocupação a partir de uma idéia de *partnership*<sup>4</sup>, através da qual os diversos atores sociais são conclamados a se implicar mais ativamente nos processos em curso. Tal idéia de *partnership* associa-se, portanto, às formas de estruturas participativas capazes de propiciar uma “concertação social”. Esta última expressão está relacionada a uma espécie de “orquestração de interesses”, por meio da qual os diversos atores sociais – Estado, agricultores, cooperativas e Organizações Não-governamentais – ONGs –, igreja, movimentos sociais – se associam com os

---

<sup>4</sup> Essa expressão inglesa designa uma parceria ou sociedade estabelecida entre partes comprometidas com um processo de interesse comum.

mesmos propósitos de intervenção numa dada realidade. Vale ressaltar, entretanto, que o fato de se sintonizarem a partir de interesses comuns, não anula as possíveis divergências e conflitos entre os diversos grupos aí envolvidos. A idéia-chave é de assumir o desenvolvimento com as próprias mãos (Prévost, 1996).

Com efeito, as atuais propostas de desenvolvimento são alimentadas pelo conceito de “novas ruralidades”. Esse conceito vem intimamente associado às mudanças nos cenários políticos e econômicos próprios da globalização que, por sua vez, dão lugar a uma nova configuração na divisão internacional do trabalho. Implica no (re)surgimento e (re)formulação de uma série de outros conceitos como: novos atores sociais, concertação social, associacionismo, sustentabilidade, desenvolvimento local, reconversão das atividades, flexibilidade do trabalho e pluriatividade (Buendía Martínez & Pires, 2000).

A literatura sobre “novas ruralidades”, além desses aspectos aqui considerados, traz à tona a idéia de que não se pode falar em uma ruralidade em geral, revelando que o rural, hoje, se expressa de diferentes formas em espaços sociais e econômicos heterogêneos. As possibilidades de obtenção de novas fontes de renda e a revalorização do espaço rural, ressaltando o papel do consumo de bens materiais e simbólicos (propriedades, festas, folclore, gastronomia) e de serviços (atividades ligadas a preservação ambiental, educação, saúde) estão entre os temas discutidos (Carneiro, 1998).

Esta tendência está respaldada no fato de que a agricultura já não constitui, por si só, a principal fonte de renda e de ocupação nos contextos rurais. Deste modo, atividades como turismo e lazer, artesanato, serviços, conservação ambiental passam a ser particularmente importantes dentro da idéia de reestruturação do espaço rural, de onde se destaca o conceito de pluriatividade (Organisation de Coopération et Développement Économiques, 1996; Graziano da Silva, 1996; Schneider & Navarro, 1998). A pluriatividade, assim, está associada tanto à idéia de diversificação das atividades agropastoris como à sua associação a outras atividades não essencialmente agrícolas, todas, entretanto, associadas à unidade familiar<sup>5</sup>. Dentro dessa perspectiva, o rural deixa, cada vez mais, de ser identificado apenas como atividades agrícolas.

<sup>5</sup> O forte incremento tecnológico que dispensou maior dispêndio da força de trabalho familiar com as atividades agrícolas, que impôs limites ao problema da superprodução e que reduziu a renda agrícola estão, dentre outros motivos, associadas ao fenômeno da pluriatividade nos países de capitalismo avançado. No Brasil, essas tendências vêm se confirmando. Dados referentes ao período de 1992 a 1995 indicam que o número de trabalhadores rurais ocupados em atividades não-agrícolas cresceu de 20,8% para 22,8%, revelando que foram as referidas atividades à base de sustentação das pessoas no campo (Del Grossi & Graziano da Silva, 1998).

Com efeito, o fomento à reativação econômica e social nesse contexto contempla a integração de um conjunto de medidas relativas não apenas à agricultura, mas também a criação de pequenas e médias empresas, o turismo, as infra-estruturas, o meio ambiente e as oportunidades educativas (Organisation for Economic Cooperation and Development, 1990).

O eixo de análise do presente trabalho se fundamenta em dois objetivos principais: a) analisar a importância das cooperativas enquanto instrumento de dinamização do meio rural e, com base nessa idéia, b) identificar o potencial das cooperativas, enquanto projeto econômico, de gerar impacto nas comunidades locais mediante utilização de estruturas participativas (*partnership*).

Tais objetivos serão estruturados em três blocos principais. O primeiro oferece uma reflexão teórica sobre a função das cooperativas nos entornos rurais, baseada na sua configuração estrutural particular. A segunda seção analisa a dinâmica das cooperativas como agentes geradoras de riqueza rural, tendo como base a discussão do conceito “nova geração de cooperativas”. E, finalmente, a terceira parte discute a formação e/ou participação das cooperativas nas estruturas associativas rurais na Europa, no Canadá e no Brasil.

## COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL/RURAL

A idéia que concebe a agricultura como um dos principais eixos do desenvolvimento rural e que se preocupa, ao mesmo tempo, com a necessidade de controle da produção agrária, para atingir o equilíbrio dos mercados, vem alimentando as discussões sobre a necessidade de se promover a diversificação das atividades agrárias. Essa idéia se respalda no potencial da agricultura enquanto principal fonte de ocupação da população rural (Organisation for Economic Cooperation and Development, 1998) e admite que a viabilidade econômico-social das comunidades rurais está fortemente associada à presença de uma agricultura competitiva e diversificada, desenvolvida por empreendimentos agrícolas (médias e pequenas empresas) capazes de permitir aos agricultores a apropriação de um maior valor agregado.

O estímulo às mais diversas atividades empresariais vem se constituindo como um dos pilares da estratégia de desenvolvimento rural, revelando-se, dessa forma, como uma expressão de dinamismo da comunidade (Vázquez Barquero, 1988, p.130). Vale salientar que a criação de novas empresas e/ou a ampliação

das já existentes, apesar de representarem apenas alguns dos instrumentos passíveis de serem utilizados como política de desenvolvimento integrado das áreas rurais, constitui na única forma que a população pode exercer influência mais direta (Prévost, 1996, p.29).

Dentro de uma ótica empresarial, as cooperativas desempenham uma função-chave nos entornos rurais, em função de sua configuração como organização socioeconômica de natureza democrática, ajustando-se perfeitamente aos postulados do desenvolvimento rural (Buendía Martínez et al., 1999). Com efeito, a cooperativa compreendida como uma “empresa” traz implícita a idéia de que os membros participam da estrutura financeira, da atividade produtiva e do processo de tomada de decisões da organização (García-Gutiérrez Fernández, 1991). Nesse contexto, a democracia, como critério de tomada de decisões, permite que os agentes geradores de riqueza, os sócios, fixem e controlem os objetivos com base na sua condição de produtores e/ou consumidores de bens e serviços (García-Gutiérrez Fernández, 1995).

Contudo, a participação efetiva dos sócios nos processos reais associa-se a uma inserção territorial. Esse fato faz com que os indivíduos, enquanto empresários e cidadãos organizados em cooperativas, sejam capazes de melhorar seu próprio bem estar, atuando diretamente sobre os fatores que podem afetá-los; motivo que implica numa forte interação entre comunidade e empresa (Arzeni & Pellegrin, 1997) e que reforça o sentimento de pertinência a um dado território. A importância dessa identidade se converte em um dos fatores de êxito na criação de novas empresas, pautadas em atividades econômicas, muitas vezes inovadoras, e que se servem de recursos autóctones, repercutindo, assim, num processo de desenvolvimento (Organisation for Economic Cooperation and Development, 1998).

Essa interação entre cooperativismo e desenvolvimento local, entretanto, não se restringe apenas às áreas rurais, inclui também as áreas urbanas, conforme reconhecem diferentes organismos internacionais. A União Européia, por exemplo, tem enfatizado o papel de destaque que o setor cooperativo desempenha no desenvolvimento regional, não só pela esfera empresarial dessas organizações, mas também por sua contribuição no processo de integração e coesão social (Comunidades Europeas, 1994). Esses aspectos são particularmente observados em áreas econômicas débeis, onde a contribuição das cooperativas tem sido decisiva para a geração e manutenção do emprego, de infra-estruturas

socioeconômicas diversas e de atividades enquadradas no setor secundário e terciário; questões que vêm permitindo com que os benefícios se revertam aos lugares de origem, evitando o êxodo da população nessas áreas (Comunidades Europeas, 1987).

Razões semelhantes, também, têm sido observadas nos países pobres ou de economia emergente. Nesses casos, o cooperativismo é identificado como um instrumento importante dentro das políticas de desenvolvimento para as camadas da população mais desfavorecidas economicamente, conforme salienta a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO. Assim, também nesses contextos, as cooperativas são consideradas como um meio eficaz para assegurar um desenvolvimento integrado capaz de atender ao conjunto das necessidades imediatas da população (Comunidades Europeas, 1988). Há de se salientar, entretanto, que as diferenças observadas entre os diversos países estão relacionadas a uma auto-suficiência alimentar, a uma capacidade de financiamento das atividades empresariais e a uma cultura associativa específica.

Um estudo comparativo entre cooperativas agrícolas no Vale do São Francisco – Nordeste brasileiro e no leste do Québec – Canadá<sup>6</sup> indicou que, nos dois países em questão, as cooperativas agrícolas estão expostas a tensões políticas, sociais e econômicas que são comuns ao agronegócio, e que as possibilidades e os limites de circulação das commodities agrícolas se dão a partir do jogo de relações expresso entre as imposições produtivas globais e capacidade de respostas em nível local. Assim, o contraste observado entre realidades distintas, como o leste canadense e o Nordeste brasileiro, em termos de organização, desenvolvimento e resultados econômicos, obtidos pelas cooperativas, confirma a capacidade de o cooperativismo servir como instrumento de organização dos produtores e da comercialização, nas mais diversas situações (Pires, 1999a).

Tanto a região do “Coração do Quebec” como a Região do Vale do São Francisco vêm, cada qual a sua maneira, contribuindo para as mudanças nos hábitos de produção local e de consumo global. Finalmente, os casos observados ilustram a capacidade do cooperativismo em enfrentar desafios comuns em contextos econômico-sociais marcadamente distintos e com uma cultura

---

<sup>6</sup> A pesquisa foi realizada como tese de doutorado, no período de junho de 1996 a julho de 1998, sob a orientação da profa. Dra. Josefa Salete B. Cavalcanti. Ver PIREs 1999a.

associativa também bastante peculiar. As diferenças ou peculiaridades que caracterizam cada região não foram critérios capazes de inibir práticas cooperativas de reconhecido sucesso.

Com efeito, de um modo geral, as cooperativas permitem o aproveitamento dos recursos autóctones, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento de formas de comportamentos democráticos e reforçam o interesse pela coletividade. Todos esses aspectos são inerentes à idéia de desenvolvimento local (Friedmann, 1992). Assim, é possível afirmar que o desenvolvimento cooperativo constitui uma via de desenvolvimento local (Prévost, 1996, p.42) em que os empresários são mobilizados de forma democrática, permitindo que sejam sujeitos do seu próprio crescimento (García-Gutiérrez Fernández, 1998).

### COOPERATIVISMO, COMPETITIVIDADE DO SETOR AGRÁRIO E FORMAÇÃO DE UM TECIDO EMPRESARIAL

A formação de um tecido empresarial fortemente alicerçado e o engajamento da população na implementação das diversas políticas constituem um fator chave dentro das perspectivas de desenvolvimento local. Considerando as várias formas empresariais que a comunidade pode utilizar para a promoção econômica de sua área, a cooperativa pode ser considerada como um dos veículos mais apropriados, ao permitir algumas vantagens adicionais que decorrem das especificidades de sua estrutura organizacional, conforme examinar-se-á mais adiante.

Entretanto, algumas dificuldades operacionais impedem que se tenha uma dimensão exata dos impactos das cooperativas no âmbito rural. Ressaltam-se, portanto, dois aspectos principais:

a) A dificuldade na delimitação das áreas rurais, tendo em vista que não existe uma delimitação única, consensualmente aceita. É certo que, na maioria dos casos, esta delimitação está baseada em critérios sócio-econômicos, tais como: tipos de agricultura, densidade demográfica e área geográfica. A necessidade, entretanto, de aplicação de estratégias de desenvolvimento e de realização de comparações internacionais têm sugerido a adoção de dois métodos:

- O método proposto pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – sobre os níveis de unidade territorial, local e regional.
- Método utilizado pela a União Européia, baseado no grau de urbanização.

b) A ausência de informações sobre o número e sobre a distribuição por segmentos específicos das organizações existentes se faz sentir em diversos aspectos:

- Na heterogeneidade do estatuto jurídico, observado em alguns países, o qual serve como base para se constituir uma cooperativa, repercutindo numa dispersão de registros e dados.
- Na ausência, na maioria dos casos, apesar da obrigação legal, de registro de encerramento das atividades, o que provoca um número de entidades vivas maior do que o real.
- Na impossibilidade de se estimar a magnitude econômico-financeira das cooperativas em função da ausência de informações por parte das próprias cooperativas (Buendía Martínez & Pires, 2000).

Esses fatos contribuem para que as análises sobre a participação das cooperativas nos processos de desenvolvimento rural recaiam numa relação quase que exclusiva com as cooperativas agrícolas. Essa identidade, entretanto, não é aleatória, tendo em vista que, até muito recentemente, a atividade agrária foi considerada como a principal fonte de ocupação e de renda no mundo rural. Há de se reassaltar, todavia, que apesar da relativa perda de importância do setor agrário, conseqüência da queda da rentabilidade agrícola, da dinâmica de ocupação industrial descentralizada em áreas não urbanas e outras mudanças macro-estruturais (Schneider & Navarro, 1998), as cooperativas agrícolas ressurgem como instrumento primordial de organização dos produtores e da produção, numa situação em que os mercados são cada vez mais seletivos e competitivos (Pires, 1997, 1998, 1999a, 1999b; Bialoskorski Neto, 1998). Tais implicações resultam, em grande medida, do peso das cooperativas agrícolas no contexto rural e da sua forte presença no conjunto da economia de muitos países.

A importância do cooperativismo agrícola reforça a idéia que atribui à agricultura o principal eixo do desenvolvimento rural, especialmente a partir da capacidade de se constituir como a principal fonte de ocupação da população rural. Essa perspectiva ganha força pelo fato de o cooperativismo possibilitar a organização da produção, a diversificação das atividades agrárias e a agregação de valor às commodities agrícolas. Desse modo, a viabilidade econômico-social das comunidades rurais está fortemente associada à presença de uma agricultura competitiva e diversificada, desenvolvida por empreendimentos agrícolas (médias



e pequenas empresas) capazes de permitir aos agricultores a apropriação de um maior valor agregado.

Com efeito, a perspectiva que identifica o cooperativismo agrícola como fator de organização econômica e gerador de riqueza, identifica-o também como um instrumento importante de competitividade do setor agrário e de organização dos produtores sob bases democráticas, contribuindo para a geração de emprego e renda (Bel Durán, 1997). Além disso, passa a ser também entendido como uma via importante de escoamento da produção para mercados cada vez mais seletivos e competitivos, aumentando a capacidade de barganha dos produtores (Pires, 1997, 1998, 1999a, 1999b; Bialiskoski Neto, 1998).

Ainda no que se refere às possibilidades contidas na dinâmica das cooperativas agrárias, é possível visualizar o jogo de relações entre as imposições produtivas globais e as respostas em nível local (Pires, 1999a, 1999b). Essa questão vem sendo particularmente examinada nos estudos sobre a “Nova Geração de Cooperativas”. Esse conceito constitui o movimento mais recente e – pode-se até mesmo afirmar – mais ousado, já adotado pelas cooperativas agrícolas, nessa última década (Buendía Martínez & Pires, 1999).

O conceito de “Nova Geração de Cooperativas” é, habitualmente, associado à aproximadamente 50 cooperativas que emergiram nos estados americanos de Dakota do Norte e Minnesota, no início dos anos 90, como uma iniciativa de revitalização dos seus espaços rurais (Stefanson et al., 1995, p.4). As práticas cooperativas passaram a ser fortemente estimuladas como uma forma de enfrentar o marasmo econômico que se abatia sobre esses estados americanos em consequência da chamada crise agrícola. Tal iniciativa favoreceu o que mais tarde viria a ser classificado como uma verdadeira “febre cooperativa” (Campbell, 1995).

Os efeitos dessa onda cooperativa tem sido a redução da emigração, o aumento da ocupação e da renda per capita nas áreas rurais, bem como a diversificação da agricultura, freando a tendência de abandono e pauperização que vitimava as explorações agrícolas (Stefanson et al., 1995, p.10). Pode-se afirmar, assim, que este movimento se constitui como uma alternativa eficaz dentro das propostas de desenvolvimento local/rural, na medida em que é capaz de permitir o revigoramento de uma dada localidade. As particularidades deste fenômeno estão relacionadas à:

a) Atividade produtiva e/ou comercial. Nesse sentido, a obtenção de um maior valor agregado através da transformação e/ou posterior distribuição dos produtos entregues à cooperativa é considerada como uma das principais novidades da nova geração de cooperativas (Nilsson, 1997, p.33-34). Destaca-se também como inovadora a forma de contribuição dos sócios mediante os denominados contratos ou direitos de entrega que especificam a participação em termos de qualidade e quantidade dos bens entregues (Assouou-Ndong, 1998, p.5). O não cumprimento das exigências autoriza à cooperativa a abastecer-se no mercado, transferindo os custos para o sócio (Nilsson, 1997, p.33-34).

b) Estrutura financeira. Com relação a esse aspecto, a contribuição dos sócios no capital social da cooperativa está ligada a uma unidade de produção, cujo valor é calculado como uma quota entre o total da inversão e a capacidade produtiva máxima da cooperativa (Nilsson, 1997, p.34; Stefanson et al., 1995, p.13). Essa condição, aplicada pela maioria das cooperativas de provedores tradicionais, apresenta uma particularidade no caso das novas gerações: a relação direta entre os direitos de entrega dos sócios e o capital social da cooperativa. Este fato constitui uma engenhosa maneira de ligar o capital invertido aos retornos a cobrar (Lebel, 1997, p.21), a partir da máxima implicação dos sócios no que se refere à entrega dos bens à cooperativa.

A necessidade de importantes inversões produtivas, como uma conseqüência da realização de atividades de transformação e/ou comercialização dos bens entregues à cooperativa, faz com que as participações financeiras tenham que ser abonadas antecipadamente pelos sócios, podendo chegar a até 50% do passivo da cooperativa (Stefanson et al., 1995, p.4-5). Esse desembolso traz implícito três objetivos: a) assegurar uma sólida base financeira da cooperativa (Egerstrom, 1994, p.6-9); b) oferecer uma imagem de solvência empresarial, capaz de minimizar os problemas financeiros das cooperativas, tendo em vista a sua pouca capacidade de crédito (García-Gutiérrez Fernández, 1995); c) assegurar a implicação dos sócios, evitando possíveis comportamentos especulativos ou oportunistas (Nilsson, 1997, p.36).

### Os princípios cooperativos em questão

As engrenagens empresariais decorrentes da necessidade de enfrentamento de um modelo econômico cada vez mais competitivo têm suscitado muitas discussões no meio cooperativo. Destaca-se, entre estas, a preocupação

com a preservação de valores e princípios cooperativos, sob pena de um comprometimento da identidade do movimento.

O fato é que, a dupla “face” da cooperativa – em responder aos imperativos do mercado e aos requisitos de uma prática democrática – se revela como uma fonte de permanente tensão. Hoje, as discussões sobre a busca de identidade cooperativa passam, necessariamente, por essa tensão particular, qual seja, pela busca das diferenças em relação a outras empresas ( Pires, 1999a).

A gestão democrática, por parte dos sócios, constitui a pedra angular do conjunto de princípios e valores, uma vez que todos os demais podem ser assimilados pelas empresas privadas (García-Gutiérrez Fernandez, 1995). A democracia, nesse âmbito, deve ser entendida não apenas como gestão da empresa, mas também pela participação nos resultados financeiros. Com isso, os princípios do controle democrático, baseados na condição “um homem, um voto”, e o princípio da participação econômica dos sócios, cuja participação na empresa se dá a partir do trabalho e não do capital, merecem um destaque especial na visão dos estudiosos sobre o assunto (Pires, 1999a).

A preocupação com os valores e os princípios do cooperativismo é particularmente destacada entre os estudiosos das cooperativas de nova geração. Admite-se, portanto, que sua dinâmica não implique em fortes comprometimentos à essência cooperativa, embora não se possa negar que algumas repercussões, particularmente sentidas, tenham causado em alguns princípios cooperativos.

É o caso, por exemplo, do “Princípio da adesão livre e voluntária” conhecido também como o “princípio da porta aberta”. O referido princípio indica que não deve haver discriminação – social, racial, política, religiosa e de gênero – a qualquer candidato que se habilite a ingressar na cooperativa, embora condições legais e estatutárias possam impor limites, se constatada a impossibilidade técnica de prestação de serviço a um número maior de cooperados. No que diz respeito à liberdade de saída, o caso das cooperativas de nova geração depende da venda dos direitos de entrega (Stefanson et al., 1995, p.7). Procura-se, de um modo geral, evitar as conseqüências negativas da variação do número de sócios sobre os fluxos reais, pela possível falta de fornecimento de bens, e sobre os fluxos financeiros, pela possível descapitalização da cooperativa.

O limite do número de sócios nas cooperativas vem, de um modo geral, merecendo uma atenção maior dos estudiosos. Tais estudos argumentam que,

mais do que uma contestação ao princípio de “livre adesão”, a restrição do número de sócios está relacionada à capacidade de transformação e/ou comercialização da empresa (Stefanson et al., 1995). Com efeito, constitui prerrogativa de qualquer empresa adequar-se à sua capacidade produtiva, de modo a não comprometer a sua capitalização. Mais do que uma questão de princípios, a questão da adesão representa uma posição técnica e que, em função disso, não tende a comprometer a identidade cooperativa (Buendía Martínez & Pires, 1999).

### A INSERÇÃO DE COOPERATIVAS EM ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS RURAIS: A NOÇÃO DE *PARTNERSHIP*

É preciso sublinhar, entretanto, que a contribuição das cooperativas nos processos de desenvolvimento rural – como empresa individual geradora de riqueza – constitui apenas uma das vias para se compreender a dinâmica dos entornos rurais. Com efeito, as atuais formas de organização dos processos de desenvolvimento local estão baseados na associação e cooperação entre os distintos agentes implicados e na formação de redes de pequenas e médias empresas (Vazquéz Barquero, 1993). As estruturas associativas implicam, particularmente, no surgimento de um mecanismo de coordenação da atividade econômica coerente com o novo entorno (Levesque, 2000) que, na ótica do desenvolvimento local, oferece uma dinâmica econômica mais operativa (Klein, 1992), fazendo com que as estruturas associativas (*partnership*) possam constituir-se como fonte de diferentes iniciativas, especialmente de natureza empresarial.

A interação das cooperativas com as estruturas associativas no âmbito rural pode revelar-se a partir de duas formas: a) como estrutura aglutinadora de interesses e agentes para atuar como promotores econômicos impulsionando e gerando projetos empresariais; b) como partícipes empresariais de estruturas associativas. Há de se salientar, entretanto, que essas configurações podem se dar de formas genéricas, isto é, através da participação de diferentes organizações de natureza pública e privada ou, ainda, através de cooperativas específicas.

Entre as estruturas genéricas de intervenção pública, destaca-se o Programa Leader<sup>7</sup> da União Européia. O seu objetivo é o de promover a revitalização das

---

<sup>7</sup> O nome desta iniciativa deriva de sua denominação francesa *Liason entre Actions de Développement de l'Économie Rurale* (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural).

áreas rurais tendo por base alguns projetos inovadores, através da participação ativa da população e dos agentes econômicos e sociais. O êxito da experiência piloto realizada entre 1991 e 1993 deu lugar a Leader II (1994-1999) para assegurar, não apenas a continuidade das ações exemplares da primeira parte como também para fomentar as atividades inovadoras e transferíveis, as trocas de experiências e conhecimentos através de uma rede europeia de desenvolvimento rural e de apoio a projetos de cooperação transnacional apoiados por agentes locais (Comunidades Europeas, 1994).

A iniciativa atual, financiada pela Seção de Proteção do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola – Feoga –, contempla, dentre seus objetivos, fomentar a criação e o desenvolvimento de novos modelos de desenvolvimento rural, difundidos por meio de redes, e permitir a cooperação entre os agentes locais das diferentes regiões e países (Comisión Europea, 1999; Economic and Social Committee, 1999).

A dinâmica do projeto está baseada nos denominados “grupos de ação local” (GAL), cuja finalidade é agrupar todos os atores envolvidos – autoridades, população e setor empresarial – a partir da implantação de diferentes projetos empresariais. Sua composição tripartite vem demonstrando grande visibilidade nas áreas rurais (O’Hara, 1999), permitindo, ao mesmo tempo, que sua atividade se centre nas necessidades locais, nos interesses da comunidade e nos recursos disponíveis.

O êxito da participação das cooperativas nessas estruturas está chamando a atenção dos pesquisadores. Os resultados de um estudo realizado na Irlanda relacionados ao total das organizações gestoras, em dezembro de 1999, indicaram a adoção da fórmula cooperativa como plataforma democrática dos diferentes interesses do setor privado, administração pública e da comunidade local (Buendía Martínez, 1999). Os estudos demonstraram que 48,64% dos grupos rurais criados tinham cooperativas como sócios. Em relação a natureza das cooperativas, destacou-se uma participação desigual: 19 agrícolas, 8 de desenvolvimento e 3 de crédito. A maciça participação das cooperativas agrícolas destaca a importância da agricultura nos contextos rurais. Ademais, este é o setor cooperativo mais comum na Irlanda. Estranha-se, porém, a débil contribuição das cooperativas de crédito considerando, entre outros motivos, a grande implantação das uniões de crédito irlandesas (Buendía Martínez et al., 2001)<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Em 1998, o crescimento dessas entidades chegou a agrupar cerca de 62,05% da população.

Os resultados obtidos em programas desenvolvidos na Irlanda se aproximam, em linhas gerais, com os resultados espanhóis. Há de se ressaltar, entretanto, que nenhuma das entidades associativas participantes havia adotado o estatuto jurídico de cooperativa (Buendía Martínez, 1999). Ademais, no que diz respeito a adesão como membros, um estudo realizado com uma amostra de 117 grupos de ação local, dos 232 participantes da segunda fase da iniciativa (durante a primavera e verão de 1998), concluiu que 55,56% dos grupos contavam, em sua organização, com sócios cooperativos (Urbiola Gómez-Escolar & Collado Cueto, 1999).

Ainda no que se refere à idéia de estruturas específicas cooperativas nos processos de desenvolvimento rural, destaca-se o fenômeno canadense das denominadas “cooperativas de desenvolvimento regional (CDR)”<sup>9</sup>. Essas cooperativas foram criadas a partir de um programa de apoio do governo do Quebec, voltado a oferecer assistência para a criação de empresas cooperativas no seu âmbito geográfico, assim como serviços de assessoria ao conjunto de seus membros.

Consideradas como estruturas de segundo grau, as CDR estão intimamente associadas ao movimento cooperativo provincial, sendo identificadas pela literatura como um instrumento privilegiado de desenvolvimento (Malo et al., 1998)<sup>10</sup>. Com efeito, essas unidades permitem a coordenação do potencial cooperativo regional sobre uma base democrática para gerar projetos empresariais cooperativos. Dessa forma, o desenvolvimento cooperativo local, como parte de um processo mais genérico, é impulsionado a partir de agentes de igual natureza favorecendo sua implicação e sua integração no território.

Os resultados dessas estruturas, em termos de criação de novas entidades e de emprego são significativos. Constatou-se, então, uma ampliação de 23 em 1991 para 94 em 1997 de cooperativas criadas sob o estímulo das CDR, representando um aumento de 13,45% e 74,01%, respectivamente, de entidades novas. Especificamente, no que diz respeito à geração de postos de trabalho, observou-se um crescimento acelerado, a partir de 1994, situando-se em 1,79% no ano de 1997. Esse fato ganha relevância ao se destacar que 68,60% das

---

<sup>9</sup> A denominação francófona é *Coopératives de Développement Régional – CDR*.

<sup>10</sup> As estruturas de segundo grau dizem respeito as cooperativas centrais e federações. Essas são criadas com o objetivo de organizar os serviços de, no mínimo, três cooperativas singulares (ou de primeiro grau) filiadas, orientando e integrando suas atividades.

cooperativas não criaram novos empregos, nos últimos anos. Ainda que a contribuição desses agentes de desenvolvimento em relação a taxa de emprego não seja significativo, destacam-se dois importantes elementos de análise: a) a taxa de sobrevivência de emprego cooperativo novo, estabelecido em 66% para um período de dez anos, representando vinte pontos acima do nível cooperativo geral; b) o custo médio por emprego gerado (2.450 dólares canadenses), mais baixo do que aqueles criados por intermédio de outros programas públicos e sobre diferentes estruturas empresariais (Buendía Martínez, 2000).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo traz consigo as inquietações que se ligam às alterações na composição geopolítica e econômica da sociedade contemporânea. Tal perspectiva rompe o discurso que identifica o cooperativismo como instrumento de reprodução das contradições sociais e avança no sentido de situar seu potencial a partir das atuais demandas econômicas e sociais dentro do novo modelo produtivo. Assim, faz-se necessário situar, do ponto de vista teórico, os limites e o poder de alcance das cooperativas dentro do conjunto dos novos agentes que compõem o conceito de “nova ruralidade”.

A partir da organização da produção e de sua comercialização, as cooperativas vêm contribuindo para a potencialização dos locais em que estão inseridas, confirmando a perspectiva presente na literatura que identifica as cooperativas, ao lado de outras iniciativas empresarias, como uma estratégia importante dentro da perspectiva de desenvolvimento local/rural.

Há de se ressaltar, entretanto, que a possibilidade de o cooperativismo servir como instrumento de organização dos produtores e de sua produção em um dado território, não é uma idéia nova. Ela está presente desde os seus precursores, ainda no século XVIII, quando a idéia de divisão do trabalho com base na cooperação surgiu como o antídoto ao individualismo burguês. Desse modo, a idéia que associa cooperação como um somatório de forças para enfrentar um mercado competitivo permanece com todo vigor.

A discussão que aponta a íntima relação entre cooperativismo x competitividade agrícola x desenvolvimento local ganha uma dimensão particularmente importante num momento em que se insiste em afirmar a perda de importância das atividades agrárias no conjunto das atividades rurais. Nesse

contexto, sublinha-se a necessidade de uma análise mais aprofundada do papel da agricultura em bases competitivas nas áreas rurais, sob pena de se negligenciar questões que parecem de vital importância dentro das políticas de revitalização dessas áreas.

As experiências relacionadas à “Nova Geração de Cooperativas” são particularmente elucidativas. Elas sugerem que as estratégias adotadas pelas cooperativas, como forma de adaptar-se a um ambiente econômico cada vez mais competitivo, vêm dinamizando as atividades locais/rurais. Tais experiências vêm, assim, corroborando a idéia que a identifica como um instrumento eficaz nas diferentes propostas de desenvolvimento rural, impedindo o declínio econômico e social que vem vitimando muitas comunidades atualmente.

As diversas situações aqui apresentadas sugerem que, apesar das especificidades próprias dos contextos sócio-econômicos, as estratégias empresariais adotadas pelas cooperativas revelam as formas de organização dos produtores e a transformação de suas práticas em torno de seus objetivos econômicos favorecendo a revitalização de territórios locais. Essa questão foi particularmente discutida a partir de um estudo comparativo entre cooperativas agrícolas brasileiras e canadenses. Os diversos estudos aqui discutidos também revelam a importância do setor público como propulsor de programa de desenvolvimento local/rural com a amplitude dos programas.

Permanece também com todo vigor a capacidade de adaptação do cooperativismo a realidades distintas, atendendo às mais diversificadas demandas econômicas e sociais; o que demonstra a flexibilidade do cooperativismo diante dos imperativos do capital. Essa questão pode ser mais facilmente observada no momento atual, quando o modelo produtivo requer mais flexibilização e maior controle sobre o trabalho e sobre a produção e, principalmente, mais qualidade e agilidade nas respostas às demandas de mercado.

## REFERÊNCIAS

ARZENI, S.; PELLEGRIN, J. P. Entrepreneurship and local development. **The OECD Observer**, n. 204, p. 27-29, Feb. / Mar. 1997.

ASSOUOU-NDONG, F. X. **L’expérience des “New Generation Cooperatives” : la transformation, la commercialisation des produits agroalimentaires et les nouvelles pratiques des entreprises coopératives agricoles aux États-Unis.**



Montréal: Chaire de Coopération Guy-Bernier, Université du Québec à Montréal (UQAM), 1998. (Cahier de Recherche, 0498-097).

BEL DURÁN, P. **Las cooperativas agrarias en España. Análisis de los flujos financieros y de la concentración empresarial.** Valencia: CIRIEC-España, 1997.

BIALOSKOSKI NETO, S. Cooperativismo: direitos de propriedade e eficiência econômica, a nova geração de cooperativas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, n. 2, p. 745-53, 1998.

BUENDÍA MARTÍNEZ, I. Las cooperativas: agentes de desarrollo en los ámbitos locales. In: BAKAIKOA AZURMENDI, B. **Cuestiones de economía social.** Barcelona: Instituto de Derecho Cooperativo y Economía Social de la Universidad del País Vasco y Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, 2000. p. 45-70.

BUENDÍA MARTÍNEZ, I. Las sociedades cooperativas en el marco de las iniciativas públicas de desarrollo rural. Un análisis del caso español. **Revista de Estudios Cooperativos**, n. 68, p. 75-93, 2. cuatrim. 1999.

BUENDÍA MARTÍNEZ, I.; COQUE MARTÍNEZ, J.; GARCÍA ALONSO, J. V. **La función de las (sociedades) cooperativas en el desarrollo rural de América Latina en el cambio del milenio.** Getafe, España, 1999. Poster presentado a la I Conferencia Internacional de la Iberoamerican Academy of Management, 1999, Getafe, España.

BUENDÍA MARTÍNEZ, I.; MCCARTHY, O.; BRISCOE, B.; WARD, M. The input of co-operative banking in local development structures: an empirical study of the European LEADER Programme in Ireland. **Revue Économie et Solidarités**, v. 32, n. 1/2, p. 133-146, 2001.

BUENDÍA MARTÍNEZ, I.; PIRES, M. L. Cooperativas e desenvolvimento rural: as recentes discussões no campo da «Nova Geração de Cooperativas». **Perspectiva Econômica**, v. 34, n. 103, p. 123-137, out. / dez. 1999. (Série Cooperativismo, 46).

BUENDÍA MARTÍNEZ, I.; PIRES, M. L. Nuevas ruralidades y cooperativismo: una perspectiva comparada. **Revista de Estudios Cooperativos**, n. 70, p. 31-46, 2. cuatrim., 2000.

CAMPBELL, D. Temperature rising. Co-op fever is still sizzling across North Dakota, but will the first failure cause it to dissipate? **Farmer Cooperatives**, v. 62, n. 5, p. 10-16, 1995.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, 1998.

COMISIÓN EUROPEA. **La Comisión aprueba LEADER+, iniciativa comunitaria de desarrollo rural**. Luxembourg: Office for Official Publication of the European Communities, 1999. (Documento, IP/99/742).

COMUNIDADES EUROPEAS. **Las cooperativas y el movimiento cooperativo en la política de desarrollo. Parlamento Europeo, Documento de Sesión A"-0205/88. Informe en nombre de la Comisión de Desarrollo y Cooperación**. Luxembourg: Office for Official Publication of the European Communities, 1988. 27 p.

COMUNIDADES EUROPEAS. Resolución sobre la contribución de las cooperativas al desarrollo regional. **Diario Oficial de las Comunidad Europeas**, 14 set. 1987. N.C246.

COMUNIDADES EUROPEAS. Resolución sobre la contribución de las cooperativas al desarrollo regional. **Diario Oficial de las Comunidad Europeas**, 11 feb. 1994. N.C61.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1999. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 26-51, 1998.

ECONOMIC AND SOCIAL COMMITTEE. **Opinion on the communication from the Commission to the Member States laying down guidelines for the Community initiative for rural development (LEADER+)**. Luxembourg: Office for official Publication of the European Communities, 1999. (Document COM).

EGERSTROM, L. The new wave. New co-ops help growers gain larger share of food dollars. **Farmer Co-operatives**, v. 61, n. 7, p. 6-9, 1994.

FRIEDMANN, J. **Empowerment: the politics of alternative development**. Oxford: Blackwell, 1992.

GARCÍA-GUTIÉRREZ FERNÁNDEZ, C. El microemprendimiento y las empresas de participación. Principios y valores que inspiran su actividad. **Revista de Estudios Cooperativos**, n. 65, p. 17-50, 1998.

GARCÍA-GUTIÉRREZ FERNÁNDEZ, C. **La economía social o la economía de las empresas de participación (las sociedades cooperativas y laborales)**. Madrid: Alfa Centauro, 1991. p. 195-216. En memoria de María Ángela Gil Luezas.

GARCÍA-GUTIÉRREZ FERNÁNDEZ, C. Las sociedades cooperativas de derecho y las de hecho con arreglo a los valores y a los principios del Congreso de la Alianza Cooperativa Internacional de Manchester en 1995: especial referencia a las sociedades de responsabilidad

limitada reguladas en España. **Revista de Estudios Cooperativos**, n. 61, p. 53-87, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 8-11, 1996.

KLEIN, J. L. Le partenariat: vers une planification flexible du développement local?. **Revue Canadienne des Sciences Régionales**, v. XV, n. 3, p. 491-505, Automne 1992.

LEBEL, C. Les coopératives de nouvelle génération. **Le Coopérateur**, p. 20-21, mars 1997.

LÉVESQUE, B. **Le partenariat: une tendance lourde de la nouvelle gouvernance à l'ère de la mondialisation. Enjeux et défis pour les entreprises publiques et d'économie sociales.** Montréal, Canadá: CIRIEC, 2000. Rapport présenté à CIRIEC International Congress, 23., 2000, Montréal, Canada.

MALO, M. C.; LEVESQUE, B.; GIRARD, J. P. Empresas y desarrollo cooperativo: el modelo de Quebec. **CIRIEC-España**, n. 28, p. 9-33, 1998.

NILSSON, J. New generation farmers co-ops. **ICA Review**, v. 90, n. 1, p. 32-38, 1997.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Agricultural policy reform and the rural economy in OECD countries.** Paris, 1998.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Indicateurs territoriaux de l'emploi: le point sur le développement rural.** Paris, 1996.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Rural development policy.** Paris, 1990.

O'HARA, P. Partnership and rural development. In: **SOCIAL partnership in a New Century.** Dublin: Brigid Reynolds S.M. and Seán Healy S.M.A., 1999. p. 123-134.

PIRES, M. L. **O cooperativismo agrícola em questão. A trama de relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) Canadá.** 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999a.

PIRES, M. L. Cooperativismo: entre os ideais utópicos e as exigências da competitividade do mercado. Um estudo de caso de uma cooperativa frutícola no Vale de São Francisco. **Perspectiva Econômica**, v. 34, n. 103, p. 70-104, out. / dez 1999b. (Série Cooperativismo, 46).

PIRES, M. L. Cooperativismo: limites e perspectivas na era da globalização. Um estudo comparativo Brasil/Canadá”. **Universidade e Sociedade**, v. 7, n. 14, p. 78-84, 1997.

PIRES, M. L. **Les coopératives agricoles dans une économie globalisée. Une étude comparative Bresil/Canada. Le cas de la coopérative agricole Juazeiro da Bahia.** Sherbrooke: IREBUS, 1998. (Documents et Conférences. Doc 98-01).

PRÉVOST, P. El desarrollo local y las cooperativas. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, n. 37, p. 25-45, 2. sem. 1996.

RAY, C. Endogenous development in the era of reflexive modernity. **Journal of Rural Studies**, v. 15, n. 3, p. 257-267, 1999.

SCHNEIDER, S.; NAVARRO, Z. Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 2, p. 617-33, 1998.

STEFANSON, B.; FULTON, M.; HARRIS, A. **New generation co-operatives: rebuilding rural economies.** Saskatchewan: Centre for the Study of co-operatives, University of Saskatchewan, 1995. 24 p. (Working Paper).

URBIOLA GÓMEZ-ESCOBAR, J.; COLLADO CUETO, L.A. Asociacionismo y cooperativismo en la iniciativa comunitaria LEADER II. **Revista de Estudios Cooperativos**, n.68, p. 95-108, 2. cuatrim. 1999.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo.** Madrid: Pirámide, 1988.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo, redes e innovación. Lecciones sobre desarrollo endógeno.** Madrid: Pirámide, 1999.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Política económica local. La respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo.** Madrid: Pirámide, 1993.